

## **Brief para a mídia – Cúpula Climática da ONU nos Emirados Árabes Unidos**

# **América Latina e Caribe diante de oportunidade histórica para seu desenvolvimento**

**As negociações da ONU sobre o clima abordarão a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e a transição justa**

*\*Este conteúdo foi preparado no contexto da próxima Cúpula Climática, que ocorrerá entre 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. O documento pertence e é validado pelos seguintes grupos e organizações que são parceiros/membros da [Global Gas and Oil Network \(GGON\)](#): 350.org, AIDA, Alianza de Organizaciones por los Derechos Humanos del Ecuador, Amazon Watch, Asociación Argentina de Abogados/as Ambientalistas, Centro de Derechos Económicos y Sociales del Ecuador (CDES), ClimalInfo, Coalizão Energia Limpa, Coordinadora Ecuatoriana de Organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (CEDENMA), Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Fundación Quantum, Fundar Centro de Análisis e Investigación México, Global Alliance for the Rights of Nature (GARN), Grupo Regional para una Transición Energética Justa en América Latina y el Caribe (GRTEJ ALC), Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Abogados para la Protección del Medio Ambiente (INSAPROMA), Latinoamérica Sustentable (LAS), Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático (MOCICC), Oceana, ProBioS, Publish What You Pay (PWYP), Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco (UDAPT).*

### **NOTA AOS EDITORES**

A lista da rede GGON de porta-vozes da LAC para a COP28 inclui líderes indígenas, especialistas e defensores do meio ambiente da Argentina, Belize, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, México, Peru e Suriname. Eles estarão disponíveis para abordar pautas referente a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis; falsas soluções/distrações perigosas; perdas e danos; transição justa e transição energética vinculada a minerais críticos; NDCs/Ambição; segurança energética; subsídios aos combustíveis fósseis; ativos ociosos; empresas petrolíferas nacionais; perspectiva regional antes da COP30 no Brasil; movimentos de base, resistência territorial e alternativas comunitárias; direitos indígenas; criminalização de defensores ambientais e direitos humanos; entre outros.

Para aspas, entrevistas e outras questões, entre em contato com:

**Danae Alexia Tzicas** (em Dubai de 30/11 a 12/12)  
Coordenadora de Comunicações da GGON para a LAC  
**+541133802441 // [danae@ggon.org](mailto:danae@ggon.org)**

**1. Devido ao fato de que os combustíveis fósseis são os principais responsáveis da crise climática, há um consenso global crescente para abandoná-los. Esta Cúpula Climática da ONU (COP 28) se projeta como um momento decisivo para estabelecer esse caminho.**

Se a América Latina e o Caribe (ALC) se aliarem à África e Ásia para impulsionar uma agenda transformadora alinhada com os princípios de direitos humanos, coletivos e igualdade de gênero, poderão se libertar dos limites estruturais impostos que os restringem como fornecedores de matérias-primas, incluindo combustíveis fósseis.

Uma agenda climática ambiciosa trará benefícios mais significativos ao coordenar demandas e ações em direção a uma transição energética global justa. Os espaços multilaterais são essenciais para pensar em soluções e medidas concretas de reparação a longo prazo.

As medidas devem incluir, escalar e efetivamente implementar mecanismos existentes para reduzir desigualdades; respeitar, proteger e efetuar direitos humanos e coletivos; e adaptar e transformar suas economias por meio da operacionalização do Fundo de Perdas e Danos e do cumprimento do tão adiado financiamento de 100 bilhões de dólares anuais.

A consideração de outras medidas como um imposto global sobre lucros extraordinários para grandes empresas de petróleo e estados produtores de petróleo (petroestados) e uma substituição de dívidas por ações climáticas eficazes, que não se baseiem na mercantilização da natureza, são fundamentais para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Nesses quadros, também está sendo discutido como facilitar o acesso e a transferência de tecnologias energéticas renováveis, bem como a participação sustentável e justa da região nas cadeias industriais e de manufatura.

**2. Paralelamente aos apoios internacionais, deve-se aumentar a participação de energia renovável enquanto se redistribui o consumo de energia para uma vida digna que permita o exercício dos direitos humanos, diversificar as economias e fontes de renda, redistribuir riqueza internamente e seguir em direção a uma redução planejada de combustíveis fósseis. Os projetos fósseis atentam contra as populações locais e seus territórios, o clima e o desenvolvimento dos países.**

Não há mais espaço no mundo para novos projetos de hidrocarbonetos. Isto significa que a indústria se tornará obsoleta em poucos anos, desde a já existentes até as áreas em exploração, nova infraestrutura de gás, etc. Os países ricos e historicamente responsáveis devem avançar mais rapidamente na descarbonização.

Apenas Guiana, Brasil e Argentina estão expandindo sua produção de óleo e gás em larga escala, em função da exportação, principalmente do petróleo. Isso reduz as possibilidades de outras atividades devido à necessidade de extensas transferências públicas, beneficia pequenas parcelas da população e representa uma "solução" de curto prazo. Em um mercado

em contração, novos atores e investimentos não são esperados. Os investimentos internacionais estão se voltando para as energias renováveis que, sozinhas não serão suficientes para sustentar um ritmo de consumo concentrado e desigual.

Redimensionando economias e sistemas energéticos será um processo lento, mas contínuo, até 2050. Países como a Colômbia estão trilhando outros caminhos alternativos para reduzir os níveis de consumo e avançar em direção a uma transição energética justa.

Em casos em que governos não avançam nessa direção, a sociedade civil organizada exerce pressão e consegue promover mudanças. Um exemplo disso foi a recente Cúpula da Amazônia, que colocou a saída dos hidrocarbonetos como um objetivo urgente. Outro exemplo foi o referendo nacional sobre o término da exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní, na Amazônia equatoriana, pelo qual a vontade popular decidiu pela retirada da indústria de petróleo daquela região.

## EXPECTATIVAS PARA A COP 28 NOS EMIRADOS ÁRABES

Uma nova independência é possível, com energia própria, limpa, diversificada e acessível para as pessoas, fortalecendo a soberania política, econômica e ecológica em toda a América Latina e Caribe.

A poluição, desigualdade e violência causadas pelos combustíveis fósseis impedem que eles sejam uma ferramenta de desenvolvimento. Há anos, o consenso científico aponta que os fósseis são a principal causa da crise climática. A única maneira de evitar os piores efeitos e manter o aumento da temperatura abaixo de 1,5 °C é frear novos projetos e avançar com uma redução planejada e equitativa dos combustíveis fósseis antes de 2050. Esse caminho está ligado a uma redução do consumo, da desigualdade e da pobreza.

À medida que os países planejam a "transição verde", seus líderes não devem replicar a violação dos direitos humanos nem o dano ambiental causado pela indústria de combustíveis fósseis, agora com o "boom da mineração". É o momento de remediar, reparar e alcançar uma transição justa. O gás fóssil, erroneamente chamado de "natural", não é um combustível adequado para a transição.

Especialistas ambientais, de saúde e de outras áreas, organizações da sociedade civil e povos indígenas da América Latina e do Caribe, representados pelas mais de xxxx assinaturas que subscrevem este documento, apresentam as seguintes demandas aos seus representantes e outros negociadores na Cúpula, reforçando que um elemento central de todos esses pontos é a democratização e a participação popular:

- ❖ PARAR NOVOS projetos de exploração, produção e infraestrutura de carvão, petróleo e gás;

- ❖ REDUZIR DE FORMA PLANEJADA E EQUITATIVA A PRODUÇÃO DE CARVÃO, PETRÓLEO E GÁS: começando pelos países ricos e historicamente responsáveis de forma urgente, determinando datas intermediárias e definitivas para o encerramento de toda a extração atual de combustíveis fósseis e alcançando uma transição rápida, justa e equitativa;
- ❖ FECHAR LACUNAS: impedir/interromper o apoio à captura e armazenamento de carbono (CCS, em inglês) ou outras distrações perigosas que retardam a eliminação progressiva de carvão, petróleo e gás; não repetir mecanismos financeiros que se baseiam em explorar os setores mais vulneráveis;
- ❖ AUMENTAR a instalação e uso de energias renováveis até 2030 para redistribuir e alcançar uma vida digna que permita o exercício dos direitos humanos e coletivos para a população, assim como liberar patentes e transferir tecnologias, implementando um sistema energético que satisfaça as necessidades da população e permita o acesso seguro e universal aos serviços energéticos;
- ❖ TRANSFERIR 1 TRILHÃO de dólares em financiamento para a adaptação e mitigação em países em desenvolvimento, bem como uma transição rápida, justa e equitativa para sistemas com 100% de energias renováveis; tanto por meio de novos impostos como por instrumentos como o cancelamento de dívidas.

## Citações de porta-vozes, por país

### **Da Argentina**

"A evidência científica sobre a necessidade de abandonar os combustíveis fósseis é esmagadora. No entanto, atores financeiros como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, Bancos de Desenvolvimento dos países do Norte global e Agências de Crédito à Exportação continuam financiando os fósseis no Sul global. E em conivência, governos da região concedem subsídios diretos às empresas de hidrocarbonetos. Uma transição energética justa requer uma revisão das políticas dos atores financeiros e dos estados nacionais.

"Na Argentina, por exemplo, grande parte da nova infraestrutura para evacuar o gás de Vaca Muerta e destinar o gás adicional à exportação poderia ser financiada pelo BNDES do Brasil e pela CAF. Nova infraestrutura permitirá o aumento do fraturamento hidráulico, que se converte em mais água injetada, mais demanda por areias siliciosas, mais emissões fugitivas de metano e mais sismos induzidos pelos fraturamentos."

- **Ariel Slipak, coordenador da Área de Pesquisas da Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN)**

"A transição energética continua em disputa. O Sul global não pode aceitar que os processos de extração de bens comuns de nossos territórios seja feito em proveito do Norte. Não há lítio suficiente para que todas as pessoas no mundo tenham um carro elétrico. Se não sairmos do

modelo extrativista que viola os direitos humanos e ambientais em nossa região, nenhuma discussão sobre uma transição energética justa será possível."

- **Enrique Viale, fundador da Asociación Argentina de Abogados/as Ambientalistas**

### **De Belize**

"Em meio à mudança global em direção à energia sustentável, as nações latino-americanas estão liderando esforços para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Em Belize, nosso compromisso vai além da energia. Adotamos princípios democráticos, reconhecendo que nossas escolhas hoje moldam o mundo que deixaremos para as gerações futuras. Nossa busca é de sabedoria coletiva, escolhas informadas e transparência. Juntos, traçamos um caminho que respeita nosso futuro compartilhado. A recente Lei de Emenda ao Referendo dá aos belizenhos a oportunidade de determinar o destino do petróleo offshore. Esta emenda é uma resposta direta às vozes de 22.090 eleitores de Belize que pediram alterações legislativas que exigiriam um referendo caso o governo contemplasse o levantamento da moratória sobre a exploração de petróleo offshore. A alteração alicerçou uma mudança profunda na participação das pessoas na democracia de Belize."

- **Janelle Chanona, vice-presidente da Oceana**

### **Do Brasil**

"Diante do agravamento das mudanças climáticas, pensar em maneiras de viabilizar um mundo pós-carbono não é uma utopia, é uma necessidade urgente. O Sul global pode liderar uma política climática ambiciosa que opte por deixar o petróleo debaixo da terra. Na América Latina, estamos começando a mudar o curso da história e a enfrentar, com a audácia e a coragem necessárias, os efeitos das mudanças climáticas, a crise mais grave que ameaça a humanidade. O Norte global deve responder de acordo e, além de eliminar progressivamente os combustíveis fósseis em seus países, criar mecanismos econômicos que permitam ao Sul global implementar uma política de eliminação em larga escala dos combustíveis fósseis."

- **Carolina Marçal, coordenadora de projetos do ClimalInfo**

"A evidência de que precisamos substituir o petróleo, o gás e o carvão por energias renováveis e um sistema energético que respeite os direitos das comunidades é esmagadora. Uma transição energética justa nos permitirá salvar milhões de vidas e proporcionar melhores condições para as comunidades mais vulneráveis, além de evitar as cenas de horror que os extremos climáticos podem provocar, cada vez mais intensos."

- **Ilan Zugman, diretor da 350.org na América Latina**

"Embora a América Latina esteja bem posicionada em termos de recursos naturais para a produção de energia renovável, apenas alguns países têm seguido uma trajetória bem-sucedida no desenvolvimento dessa indústria, ainda aquém do projetado pela Agência Internacional de Energia para cumprir os compromissos climáticos do Acordo de Paris. Além de corrigir esse curso, a tarefa mais importante para a América Latina é que os países apresentem planos concretos para a transição da produção e consumo de petróleo e gás."

- **Ricardo Baitelo, gerente de projetos do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)**

### **Do Equador**

"Blocos de petróleo ocupam 9,4% da superfície da Amazônia (80 milhões de hectares); 43% dos blocos estão localizados em áreas protegidas e territórios indígenas. Além disso, 89% do petróleo exportado pela Amazônia vem do Equador, sendo seu principal destino os Estados Unidos. Mais da metade (52%) da Amazônia equatoriana está ocupada por blocos de petróleo. Por esse motivo, o triunfo democrático da consulta popular sobre o Yasuní constitui um evento histórico onde se decidiu priorizar a vida em detrimento do extrativismo. A vida das comunidades em isolamento voluntário, Tagaeri-Taromenane, e a preservação de um dos biomas mais importantes do mundo dependem dessa implementação imediata. Este é, acima de tudo, um exemplo para o mundo na missão urgente de abandonar os combustíveis fósseis."

- **Paola Maldonado, Consultora de Campo - Amazon Watch**

"O balanço global é um marco importante para afirmar com veemência a necessidade do abandono urgente de todos os combustíveis fósseis, por meio de uma transição justa com foco nos direitos humanos e em gênero. A América Latina tem um grande papel a desempenhar nesta COP 28, e o Equador, ao implementar a decisão do povo na consulta popular para proteger o Parque Nacional Yasuni, pode estabelecer um precedente bem-sucedido para dar o primeiro passo concreto na promoção da necessária transição energética em todo o mundo. É essencial que o próximo governo equatoriano destaque esse progresso na COP 28 e que sele esse compromisso climático, incluindo-o em suas NDCs atualizadas".

- **Javier Dávalos, Coordenador do Programa Climático, AIDA**

"Não podemos confiar nas grandes empresas petrolíferas e nos interesses que representam para liderar a transição energética, porque são elas as causas da crise climática. Eles sabiam do problema muito antes de todo mundo, mas o esconderam para aumentar seus negócios. Aqueles que causaram as mudanças climáticas não resolverão o problema, porque são viciados no sistema que causa o problema. O consumo de energia per capita dos países desenvolvidos simplesmente não é sustentável, mas na sua lógica deve ser alimentado. Por esta razão, pensamos que a transição energética virá de baixo para cima, daquelas

comunidades que conhecem bem os efeitos imediatos da exploração do petróleo e que lutaram e sobreviveram apesar dela. Aqueles que sabem que nem os hospitais nem os remédios que se compram com o dinheiro do petróleo podem restaurar a saúde da comunidade biológica. Estamos convencidos de que a chave para a transição energética não está nas mãos de quem administra o veneno, mas nas nossas comunidades indígenas, que lutaram durante toda a vida contra a exploração do petróleo e nos ensinaram a viver em harmonia com a natureza. A transição energética não consiste apenas numa mudança nas fontes de energia, mas também na nossa forma de nos relacionarmos com a natureza.”

- **Julio Prieto, presidente do Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES)**

“É imperativo abordar a crise civilizatória além do desenvolvimento sustentável e da energia renovável. A mudança na matriz energética está gerando conflitos socioambientais sem precedentes na história da humanidade. É necessária uma mudança profunda, impulsionada não apenas pela sociedade civil, como demonstrado pela consulta popular Quito Sem Mineração e Yasuní, que incutiu esperança na maioria dos equatorianos e jovens que aspiram a um futuro promissor, mas também pela classe política e pelas empresas. Um novo paradigma que inclui o decrescimento, a desaceleração e a regeneração das comunidades humanas em equilíbrio com a natureza.”

- **Inty Arcos, membro do coletivo Quito sem Mineração e habitante do Chocó andino**

**Do México**

"É verdade que os combustíveis fósseis possibilitaram um período de prosperidade econômica e algum desenvolvimento em vários países da região, mas a que custo e para quem? Nos lugares onde existem poços, não há escolas ou clínicas, mas sim impactos nas economias locais, no meio ambiente e na cultura. A indústria deslocou tradições, afetou a relação com a terra, transformou agricultores em trabalhadores assalariados e gerou uma dinâmica de exploração e dependência. Se não formos críticos, a transição beneficiará aos que já são historicamente favorecidos pelo extrativismo."

- **Alejandra Jiménez, coordenadora regional de Acción Solidaria en Defensa del Territorio Huasteca Totonacapan - CORASON**

"Não podemos pensar na transição energética como uma simples mudança técnica e tecnológica para passar de energias fósseis para energias renováveis; é indispensável transformar completamente o paradigma energético para evitar que a transição reproduza as injustiças do modelo extrativista. Nesse sentido, a transição energética justa deve promover sistemas energéticos limpos e democráticos que combatam as desigualdades, incluindo as de gênero, e assegurem o acesso universal às fontes de energia."

- **Alejandra Lozano, Oficial do Programa de Justiça Econômica e Ambiental da Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights**

"Os impactos das mudanças climáticas tornaram-se mais presentes ao redor do mundo e o México não é exceção. Há ampla evidência científica de que os combustíveis fósseis aumentam significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No México, a política energética e climática está centrada nos combustíveis fósseis, apesar de termos atingido o pico do petróleo em 2004. O orçamento para recursos de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas é de 233,96 bilhões de pesos mexicanos (R\$ 66,8 bilhões), dos quais 36,87 bilhões (R\$ 10,5 bilhões) serão usados para transportar gás 'natural'. Embora a administração atual tenha interrompido megaprojetos que violavam os direitos humanos, até o momento não há nenhum plano claro para fazer a transição para sistemas descentralizados que gradualmente abandonem a dependência dos combustíveis fósseis. O México deve reorientar seu gasto de forma a fazer frente às fortes pressões dos impactos do aquecimento global e alocar orçamento suficiente para programas de mitigação e adaptação que tenham uma relação direta com o combate aos impactos da crise climática que afeta o planeta."

- **Ariana Escalante Kantún, pesquisadora do programa de Terra e Território da Fundar, centro de análise e pesquisa México**

### **Do Peru**

"A dependência dos combustíveis fósseis no modelo de desenvolvimento atual não apenas nos levou à beira de uma catástrofe climática. No caso peruano, mais de 50 anos de exploração petrolífera significaram desapropriação de terras indígenas e comunidades locais, degradação de ecossistemas e impactos nas formas de vida, saúde, economia e alimentação da população. Resta-nos lutar por uma transição energética justa e popular, que envolva o abandono dos combustíveis fósseis, mas que não impacte os territórios, especialmente aqueles de onde são extraídos os minerais críticos para a transição, e que aprofunde a democracia e o respeito pelos direitos humanos."

- **Augusto Duran, coordenador regional para o Tratado sobre Combustíveis Fósseis - MOCICC**

### **Da República Dominicana**



“Os países mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas são os Estados insulares. Soma-se a isso a pobreza em que vive a maior parte dos seus povos, como é o caso do Haiti, de Cuba, da Jamaica e da República Dominicana, que estão entre as vítimas mais afetadas pelas mudanças climáticas na América Latina e no Caribe. A República Dominicana, em particular, está na rota de furacões e foi recentemente atingida pelo furacão Franklin, que deixou mais de 30 mortos e bilhões de dólares em perdas materiais. A recuperação levará muito tempo e uma coisa que não pode ser recuperada é a vida das pessoas. É por isso que exigimos que os líderes mundiais na COP28 se comprometam a eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, a principal causa das mudanças climáticas, e a injetar recursos em perdas e danos para restaurar a devastação já causada pela crise climática, bem como para a mitigação e adaptação a este fenómeno que nos dizima aos poucos, privando-nos de um habitat saudável para viver.”

- **Euren Cuevas Medina, fundador e diretor executivo do Instituto de Abogados para la Protección del Medio Ambiente (INSAPROMA)**

### **Do Suriname**

"Deveríamos perguntar aos dirigentes e às multinacionais do mundo por quanto tempo mais eles estarão cegos e surdos diante da dor de nossa Mãe Terra. Quantos incêndios florestais mais são necessários para abrir os olhos. Quantos animais e árvores carbonizados. Quantos furacões monstruosos para ver que nosso clima está mudando. Quantas pandemias mais para entender que estamos destruindo nossa biodiversidade. Quantas ondas de calor para compreender que a Terra está atingindo seu ponto de ebulição. Quantas chuvas e inundações extremas. Quantos mais icebergs e geleiras precisam derreter para que vocês parem de aquecer nosso planeta. Quantas mais conferências climáticas (COP) para que os países ricos reconheçam a injustiça de sua ganância. Quando começarão a ouvir os cientistas que estão dando o alerta? Até quando se farão de surdos aos apelos dos ativistas climáticos e grupos indígenas para salvar nosso planeta e suas florestas? Quando pararão a corrida por combustíveis fósseis e acabarão de uma vez por todas com essa loucura?"

- **Erlan Sleur, Presidente da ProBioS Surinam**

### Contato para a imprensa

Danae Alexia Tzicas (em Dubai a partir do dia 30/11 até 12/12)

Coordenadora de Comunicação para LAC de GGON

**+541133802441 // [danae@ggon.org](mailto:danae@ggon.org)**

